

que existirão as Divisões de Operações, e de Logística) — e para o estudo ou a recolha de elementos que não sejam susceptíveis de serem atribuídos a outros órgãos, ou que sejam inerentes à própria noção de comando-geral: será o caso das Divisões de Organização e Legislação, e de Informações e Protocolo.

As respostas para as questões de relacionamento com a própria OTAN, com os seus órgãos instalados no território nacional, com o Estado-Maior General das Forças Armadas (enquanto existisse na sua actual dimensão), e com os outros Ramos das Forças Armadas encontrar-se-iam sempre através da mera aplicação do raciocínio e metodologia expostas no início deste artigo: a relação institucional, através do Comando-Geral da Armada, e as relações funcionais, pelos organismos mais vocacionados para cada tipo de questões — as operacionais através do Comando das Forças Navais; as restantes, pela via da Superintendência dos Serviços da Armada.

Uma questão de aparente pormenor, aliás já referida anteriormente, mas que me parece importante, é o papel dos Centros de Comunicações. Trata-se de serviços (esqueçamos a diferença algo artificial, activada na década de 60, entre «serviços» e «órgãos de execução de serviços»), e que como tal devem estar inseridos na Superintendência dos Serviços da Armada, embora sob a dependência operacional dos órgãos que apoiam. Tal princípio, como é evidente, deveria aplicar-se ao actual Centro de Comunicações da Armada, que sob o ponto de vista formal até se poderia cindir em Centro de Comunicações da Unidade de Apoio aos Organismos da Administração Central da Armada, e Centro de Comunicações do Comando-Geral da Armada.

O papel do Instituto Superior Naval de Guerra deveria ser radicalmente modificado. O Curso Superior deveria passar a ser o fórum privilegiado para os potenciais responsáveis pelos altos cargos na Armada apresentarem os seus projectos, ideias e metodologias, de modo a que fosse possível avaliar assim a sua capacidade de intervenção futura, bem como as áreas em que a sua aplicação fosse de maior interesse e eficácia.

Outros cursos — esses, sim, de formação e avaliação (no sentido clássico destes termos) — deveriam ser criados, de modo a permitir o aperfeiçoamento e avaliação contínuas ao longo das carreiras, e a evitar que estas sejam excessivamente influenciadas por vias administrativas.

SOBRE OS SERVIÇOS

No âmbito da Intendência dos Serviços do Pessoal merecerá relevo a questão da dependência da Escola Naval. Compreender-se-ão os motivos